

Exmo Senhor

Presidente da

Comissão de Economia, Obras Públicas,

Planeamento e Habitação

Data: 10 de maio de 2022

N. Ref<sup>a</sup> : PARC-000080-2022

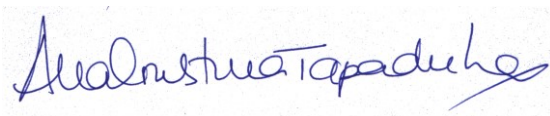
**Assunto:** Projeto de Resolução n.º 35/XV/1.ª - Recomenda ao Governo que aumente a informação disponibilizada no portal “Mais Transparência” e que crie um focus group com representantes da sociedade civil para avaliar as melhorias que podem ser introduzidas neste portal

Tendo tido conhecimento da iniciativa acima mencionada, junto enviamos os nossos comentários, mantendo-nos ao dispor para quaisquer esclarecimentos adicionais,

1

Com os meus melhores cumprimentos,

A Diretora Geral



(Ana Cristina Tapadinhas)

O presente projeto recomenda ao Governo a melhoria do Portal “Mais Transparência”, o qual visa a transparência do processo de execução dos fundos europeus, no âmbito do Orçamento do Estado de 2021.

Nesse sentido pretende-se assegurar a divulgação do grau de execução e dos beneficiários efetivos; a divulgação dos beneficiários efetivos dos fornecedores e a centralização de toda a informação sobre fundos europeus.

O presente projeto recomenda igualmente a criação de um *focus group*, composto por representantes de Organizações Não Governamentais e ativistas de defesa da transparência, tendo em vista a avaliação dos dados disponibilizados pelo mencionado portal assim como as melhorias que podem ser introduzidas.

A DECO Associação manifesta a sua concordância com o presente projeto, uma vez que nos parecem adequadas as recomendações propostas, tendo em vista os fins em causa.

Particularmente, quanto à proposta de criação de um *focus group*, a DECO defende o apoio e reforço da ação das Organizações Não Governamentais no que concerne aos direitos dos consumidores, através da sua inclusão sistemática em grupos de trabalho, plataformas, fóruns e conselhos consultivos institucionais sobre a implementação dos Planos de Recuperação, conhecendo, monitorizando e avaliando os contributos das Organizações de Consumidores na eficácia da sua implementação, sobretudo nas vertentes como a transição climática e a transição digital e em componentes como a mobilidade, justiça, habitação, saúde, educação digital, eficiência energética, modernização da Administração Pública, eliminação das bolsas de pobreza e respostas sociais e saúde, mas também no sentido de assegurar que a informação disponibilizada é perceptível pelo consumidor médio e, deste modo, garantir um maior envolvimento e participação da sociedade civil nos processos de tomada de decisões, integrando a perspetiva do cidadão.